



Recebido em:  
04/08/2017  
Aprovado em:  
05/08/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## MULHERES MANTENEDORAS DE FAMÍLIA: UM ESTUDO REALIZADO NO BAIRRO JAPÃOZINHO

ANABELA MAURÍCIO DE SANTA

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

**RESUMO:** A temática em questão é abordada mediante um aprofundamento teórico-metodológico, do qual esse trabalho procura se aproximar, sem pretensões de esgotá-lo. Assim, pretende discutir e analisar os diversos papéis e atribuições assumidos pelas mulheres mantenedoras de família das classes populares e o impacto dessas atribuições para elas e seus familiares, observando a discriminação e a desigualdade no mercado de trabalho, em que se encontram submetidas e nos grupos sociais. Sendo assim, este trabalho discorre sobre a atual condição das mulheres provedoras de família, das relações de gênero imbricadas no contexto sócio familiar, tendo por base a pesquisa realizada no Bairro Alto da Jaqueira, Aracaju/Se, em fevereiro, março, abril e maio de 2007, com 20 mulheres que responderam sobre o estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar, sonhos e perspectivas.

**Palavras-chave:** Família; Mulher; Gênero; Trabalho.

**ABSTRACT:** The thematic in question is approached through a theoretical-methodological deepening, of which this work tries to approach, without pretensions of exhausting it. Thus, it intends to discuss and analyze the diverse roles and attributions assumed by women who support families of the working classes and the impact of these attributions for them and their families, observing the discrimination and inequality in the labor market, in which they are subjected and in groups Social rights. Thus, this study discusses the current situation of women family providers, gender relations imbricated in the socio-family context, based on research conducted in the Bairro Alto da Jaqueira, Aracaju / Se, in February, March, April and May Of 2007, with 20 women who answered on marital status, schooling, profession, family income, dreams and perspectives.

**Keywords:** Family, Women, Gender, Labor.

### Introdução

No Brasil, a sociedade patriarcal traçou um perfil do que é ser homem e mulher. Algumas características ao longo da história separaram o que é próprio de homem e de mulher; ou seja, o gênero determina não apenas quem faz o quê, mas também quem toma as decisões, visto que tanto homens quanto mulheres desempenham um papel produtivo e comunitário nas esferas familiar, cultural e social. Entretanto, o homem geralmente assume o papel de representação pública, ao passo que a mulher desempenha um papel organizador fundamental, embora seja menos visível, o que favorece, desta forma, o sexo masculino em detrimento da subordinação feminina.

Nessa perspectiva, o presente trabalho intitulado Mulheres Mantenedoras de Família: um estudo realizado no bairro Japãozinho, Aracaju - SE, tem como objetivo conhecer e analisar o cotidiano das mulheres mantenedoras de família, considerando os diversos papéis e atribuições assumidos e o seu impacto para essas mulheres e seus familiares.

A ideia de investigar essa temática surgiu de vivências no cotidiano da comunidade Japãozinho, mas também, devido

à relevância da temática que, nos últimos anos, tem sido objeto de estudo, com a intenção de visualizar as novas configurações do perfil feminino e o seu contributo social e econômico. Além disso, essa investigação poderá trazer benefícios para a comunidade local e a comunidade acadêmica, por ser mais uma pesquisa que contribui para a escrita da história da mulher provedora de família.

### **Breve Contextualização Sobre Família, Gênero e Mercado de trabalho**

Para entender a complexa realidade vivida hoje pela mulher mantenedora de família, faz-se necessário analisar e resgatar a trajetória vivida pela família ao longo de muitos séculos, com foco nas famílias de baixa renda e em especial a mulher com suas múltiplas experiências vivenciadas, bem como as relações de gênero que se delineiam a partir das sociedades patriarcais e que definem comportamentos e relações entre o homem e a mulher, não só no âmbito privado como também nos espaços públicos em destaque e no mercado de trabalho.

Portanto, faz-se mister salientar que os vínculos familiares concretizam uma relação na qual a pessoa participa de sua existência, visto que família é uma relação simbólica e estrutural que une as pessoas entre si num projeto de vida. Logo, é um símbolo concreto de que cada pessoa humana tem um espaço no mundo, pois não está condicionada a simples interesses ou instâncias de poder (PETRINI, 2003).

Do exposto pode-se concluir que o modelo tradicional de família adquire um novo direcionamento, não só por causa da participação de todos os membros no mercado de trabalho, mas devido a sua reestruturação na divisão de papéis e responsabilidade no tocante à parte financeira e sobretudo no que diz respeito às primeiras necessidade, nas quais o homem deixa de ser o centro da família e todos passam a dividir as despesas e sustentar a casa. Sendo assim, na perspectiva do trabalho em pauta, interessa-nos focar as famílias de baixa renda, suas condições de vida e estratégias de sobrevivência, tendo como destaque o papel de mantenedora da mulher. Portanto, cabe-nos aqui um tratamento mais detalhado com base na literatura que trata das suas condições socioeconômicas.

A sociedade contemporânea firma seus valores a partir do indivíduo; ou seja, ele é o centro nas relações interpessoais. O papel da família é o de ajudar o indivíduo a trabalhar pela sua autonomia sem, contudo, perder seus vínculos com o seu grupo familiar, que é o espaço das contradições, no qual o sujeito dá os primeiros passos na conquista da sua liberdade, em busca do crescimento pessoal.

Há muito tempo o modelo tradicional de família deixou de ser o único padrão para análise da construção familiar, haja vista que a modernidade permite uma nova reestruturação familiar com novas configurações e desempenho de papéis não tão definidos quanto no modelo tradicional. Estes dispositivos ocorrem com seus anseios para conquistar seus objetivos.

A primeira coisa que se deve entender sobre a atual crise da família é que ela não se materializa da noite para o dia [...]. Escrevem como se a 'a revolução sexual', o movimento feminista e o declínio da autoridade parental fossem produto dos últimos quinze anos. Sua memória não vai sequer além dos anos cinquenta, período considerado popularmente como o auge da família 'tradicional' (LASCH, 1991, p. 20).

Do exposto pode-se concluir que o modelo tradicional de família adquire um novo direcionamento, não só por causa da participação de todos os membros no mercado de trabalho, mas devido a sua reestruturação na divisão de papéis e responsabilidade no tocante à parte financeira e sobretudo no que diz respeito às primeiras necessidade, nas quais o homem deixa de ser o centro da família e todos passam a dividir as despesas e sustentar a casa.

Assim, é oportuno esclarecer que no Brasil as famílias de baixa renda são as que mais sofrem as consequências do modelo sócio-político-econômico da acumulação do capital e, com isso, suas relações sócio familiares ficam vulneráveis e fragilizadas, o que permite, na maioria das vezes, sua "descontinuidade", ou seja, rupturas por falta de suporte socioeconômico que lhes dê amparo e sustentação, visto que as relações sociais perpassam, sem dúvida, pelo fator econômico.

Na família, bem como fora dela, como diz Sarti (2005) a identidade masculina é associada ao valor do trabalho, não somente para os pobres. O trabalho vai além de um instrumento da sobrevivência material; ele determina o substrato da identidade masculina, revelando um jeito de ser homem. Assim, o valor do trabalho respalda e dá autonomia moral ao homem de auto afirmar-se.

## **A Mulher na Esfera Pública e a Divisão Sexual do Trabalho**

A vulnerabilidade da família pobre quando centrada no pai, provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem, que se sente fracassado, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de ter habitação própria, alimentação suficiente e condições de educação para os filhos através do projeto do casamento. Dessa forma, cabe frisar que a família vista a partir da sociedade patriarcal tem como modelo a figura masculina como provedor principal, e analisando na perspectiva das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, têm crescido consideravelmente os desgastes familiares e conseqüentemente ocorrendo rupturas. Entretanto, vale ressaltar que o modelo hierárquico prevalece na classe popular, mas na sua grande maioria a iniciativa de prover o sustento da família é da mulher, visto que ela encontra alternativas para suprir as necessidades básicas suas e de seus membros.

Historicamente, associou-se a formação dos papéis masculino e feminino como binômios construídos, introjetados e reproduzidos tanto pelo homem quanto pela mulher. Sendo assim, mesmo quando a manutenção da família é função da mulher, nem sempre, ou melhor, dizendo, com raras exceções, ela é chefe da família, porque o chefe é a autoridade maior, impõe respeito, é construção cultural e social e, estas atribuições cabem ao varão, enquanto à mulher compete ser mãe-esposa-dona de casa e provedora econômica da sua prole. Percebe-se que as atribuições são distintas e desvinculadas: quem é mantenedora necessariamente não é chefe.

Com esse pensamento, Sarti resalta que:

Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um 'chefe masculino'. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram (SARTI, 2005, p.67).

Historicamente a sociedade contempla modelos de família em que homens e mulheres exercem diferentes papéis. Assim, por vários séculos, a mulher foi vista pelo viés masculino, ou seja, pela ótica e percepções do homem, visto que a mulher deve a ele obediência e respeito, pois é vista como frágil e incapaz, determinando assim, sua maneira de pensar, de ser e de agir, fazendo-a acreditar que é inferior a ele.

Em outras palavras, reforça que o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; ou seja, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica. Logo, observa-se que o gênero é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades distintas.

Nesse sentido, Giddens registra:

As diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado (GIDDENS, 2001, p. 114).

Conforme essa ideia percebe-se a influência cultural na vida dos indivíduos e os papéis atribuídos aos homens e às mulheres, que variam de cultura para cultura, embora os papéis dos homens sejam mais valorizados e reconhecidos. Nesse sentido, percebe-se que essa suposta inferioridade feminina é uma construção também cultural. Observa-se que a mulher introjetou o que lhe foi passado culturalmente, acreditando de fato na superioridade do homem e no dever de sua subordinação a ele. Mas, na prática a sua ação foi diferente, tendo em vista que sempre lhe foi imposta a responsabilidade de cuidar da prole, não só nas questões internas como também a de subsistência da família.

Discutir o papel de mantenedora das mulheres de baixa renda remete-nos à divisão de trabalho existente entre

homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Cabe enfatizar que, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais.

Desta forma, Giddens (2001, p. 392), ao estudar as mulheres no contexto histórico do mercado de trabalho, ressalta: As atividades produtivas e as domésticas não eram separadas, pois a produção era levada a cabo em casa ou próximo dela, ou seja, as atividades estavam sempre atreladas, e todos os membros de uma família trabalhavam a terra ou ocupavam-se de trabalhos artesanais, embora muitas vezes as mulheres tivessem uma grande influência dentro do lar em consequência da sua importância nos processos econômicos, mesmo sendo excluídas do mundo masculino, da política e da guerra.

Dessa forma, Giddens (2001, p. 393) aponta que dentro desse universo, entre avanços e recuos, finalmente, importa notar que muitas mulheres escolherem entrar no mercado de trabalho por diversas questões, como necessidade econômica ou pelo desejo de concretização pessoal, em resposta ao impulso pela igualdade propulsionado pelo movimento das mulheres dos anos 1960 e 1970. Porém, apesar de possuírem igualdade formal em relação aos homens, as mulheres são ainda alvos de uma série de desigualdades no mercado de trabalho.

Dessa forma, cabe salientar que na contemporaneidade, não se concede mais a ideia de analisar a questão de chefia de família simplesmente pela ótica masculina, visto que são múltiplos os paradigmas de família existentes hoje, em decorrência da nova postura incorporada pela mulher num processo contínuo de redescoberta do seu espaço, seja ele intrafamiliar seja na sociedade.

Todavia, mesmo diante do surgimento de novas conquistas, a mulher permanece ocupando no mercado de trabalho, atividades precarizadas. Cabe lembrar que mesmo, ela desempenhando diversos papéis na sociedade, permanece submetida à função de reprodutora da espécie, visto que a mulher foi educada para constituir família, não é fácil construir novos paradigmas, uma vez que estes valores foram introjetados e faz parte do cotidiano tanto da mulher quanto do homem. Visto que, gênero é uma questão que determina as relações sociais. Associada a esta realidade constata-se a inexistência de uma política que garanta igualdade de direitos, remuneração, oportunidades de promoção e capacitação.

Portanto, a atual condição da mulher foi determinada pelo processo histórico e pelas limitações que ela sofreu em todos os aspectos e pelo surgimento de um novo mercado de trabalho. Entretanto, cabe salientar que este quadro vem contribuindo para a precarização da mão-de-obra feminina. Saffioti (1979) ao tratar do trabalho precarizado enfatizando que nas mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial tornaram-se evidentes as atribuições econômicas das mulheres, que por sua vez vêm a desempenhar papéis fora do lar, obscurecendo seu papel nas atividades domésticas, que antecederam o regime das fábricas gigantescas e conseqüentemente marginalizaram a figura feminina do sistema vigente.

Todavia, o mercado de trabalho ainda remunera diferencialmente homens e mulheres e considera o rendimento gerado pelo trabalho feminino como suplementar ao orçamento doméstico.

Desse modo, Sarti faz a seguinte consideração:

Quanto ao trabalho remunerado da mulher, por mais secundário que seja seu lugar na família, o fato é que ela freqüentemente trabalha, ainda que intermitentemente, dividindo com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família. Diante do fato histórico de que a mulher pobre sempre trabalhou remuneradamente, o trabalho feminino inscreve-se na lógica de obrigações familiares e é motivado por ela, não necessariamente rompendo seus preceitos e não obrigatoriamente configurando um meio de afirmação individual para a mulher (SARTI, 2005, p. 99).

Em se tratando da jornada de trabalho fora de casa, percebe-se que no Brasil, a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou família. Assim, dentre as mudanças familiares, encontram-se as famílias monoparentais que crescem a cada dia, nas quais a presença feminina destaca-se gradativamente, pois, com o passar do tempo, a mulher vem lutando pela transformação de uma sociedade

demarcada pelo patriarcalismo que ela herdou. Por conseguinte, não é fácil penetrar em outros espaços que sempre foram atribuídos ao homem, como, por exemplo, prover o sustento da família.

Do exposto pode-se concluir que vem ocorrendo uma hegemonia feminina nessas configurações familiares, e nesta direção é relevante ressaltar que diversas famílias estão sendo mantidas por mulheres.

### **Procedimentos Metodológicos e Análise dos Dados**

A pesquisa teve como sujeitos as mulheres mantenedoras de família moradoras do bairro Japãozinho, Aracaju/SE e adotou-se a abordagem qualitativa, por esta permitir a coleta e análise de dados de maneira aprofundada, considerando os aspectos explícitos e implícitos do fenômeno estudado, além de proporcionar a explicitação das subjetividades, ou seja, não só os aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais, mas também as maneiras de pensar, agir e sentir dos sujeitos pesquisados, remontando a fatos que dão contorno à realidade, apreendendo as causas constitutivas e determinantes dos fenômenos. Assim, contamos com a participação de vinte mulheres mantenedoras de família do referido bairro e com o objetivo de conhecer melhor a realidade da mulher provedora de família foram feitas visitas *in loco* e realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado com mulheres que têm a função de prover o grupo familiar.

O estudo teve como premissa conhecer e analisar o cotidiano das mulheres mantenedoras de família, considerando os diversos papéis assumidos e o impacto dessas atribuições para estas mulheres e seus familiares, considerando, ainda, o perfil sócio-econômico e cultural dos mesmos. Com o intento de fazer esta investigação, foram realizadas oito visitas no bairro, no mês de abril de 2007, sob a orientação e apoio de Lourdes, conhecida moradora das adjacências, que mediou os contatos com as respondentes, facilitando o acesso a determinados locais do bairro.

Quanto aos meios de investigação, foram utilizadas a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. A primeira proporcionou uma investigação empírica, permitindo, assim, um conhecimento concreto da realidade experienciada por essas mulheres, enquanto a segunda, por ser um instrumental analítico, ofereceu condições de um estudo sistematizado, desenvolvido com base em materiais produzidos em livros, periódicos e redes eletrônicas. Para a construção deste trabalho, foram feitos levantamentos em livros, revistas e redes eletrônicas que abordam a temática da mulher mantenedora de família.

Quanto aos dados e relatos obtidos com as respondentes, faz-se mister ressaltar que quando questionadas acerca dos casamentos e relacionamentos, algumas respondentes revelam que houve tentativas para “salvar” o casamento acreditando na possibilidade de ter assegurado para ela e seus filhos (as), ainda que teoricamente casa, comida suficiente e a presença do pai para impor respeito e moral em sua casa. Uma vez que é de fundamental importância nas classes populares a figura masculina, como respaldo para a mulher, de que ela é a mulher de alguém. Portanto, ela não pode ser “falada”, visto que, ela tem um homem para honrá-la, perante a sociedade. A cobrança vem da sociedade em geral, manifestada através das instituições como: a escola, a igreja, a família, que padronizam e cobram as relações entre homens e mulheres.

Sou divorciada e convivi com meu marido 14 anos. Ele era bastante violento. Cheguei a separar, depois voltei, mas depois separei pra sempre. Ele chegou a chamar os filhos de ladrão, tentou violentar a filha mais velha e botou arma em cima da gente, dizendo que ia comer todo mundo na bala. Hoje ele está proibido de pegar os filhos e paga pensão forçada. Já chegou até a ser preso (Laura).

Quando casadas, mesmo vivendo uma relação fracassada, essas mulheres resistem à separação, pois a figura masculina faz-se imprescindível no lar. Separar significa abandonar o sonho alimentado desde a infância de um casamento perfeito e harmônico. Vejamos os depoimentos a esse respeito:

Assim, se percebe que há contradições nas relações conjugais dessas mulheres, visto que, mesmo não sendo felizes, elas se submetem ao companheiro com receio de que sem a presença masculina elas e seus filhos (as) se sintam desamparados (as) e sem respaldo financeiro. Igualmente, o casamento significa, principalmente para as mulheres de baixa renda, que elas são dignas e têm ou tiveram um homem para honrá-la. A esse respeito constatemos o depoimento:

Convivo com meu marido há 22 anos e tenho um mês que casei. A decisão de casar foi

dele, porque vamos separar e se eu me separar dele solteira, vou ficar à toa, sem direito a nada, falada, e temos três filhos (Valdete).

Ao entrevistar as mulheres do bairro Japãozinho, identificamos que a sua condição de mantenedora lhes impõe uma série de dificuldades e sofrimentos relativos a incompatibilidades de papéis assumidos na família. Ser a sustentadora do lar, mãe e esposa numa sociedade marcada pela indiferença e discriminação contra a mulher requer alternativas que lhe possibilitem conciliar atribuições às vezes bastante árduas para elas. As mulheres elencaram mais de uma dificuldade, relatando as mais presentes no seu cotidiano como: a situação financeira, a educação dos (as) filhos (as) sem a presença do pai, o alcoolismo e a convivência com o esposo ou companheiro (a).

Todavia, vale alertar que as diferenças se estabelecem nas relações de gênero como uma questão de desenvolvimento, visto que a desigualdade social deixa profundas marcas nas mulheres, principalmente nas empobrecidas, uma vez que a maioria dos analfabetos é mulheres. Desta forma faz-se necessário ressaltar que a mulher, acreditando na superioridade do homem e no dever de sua subordinação a ele, na maioria das vezes deixou calar os seus desejos, sobretudo no que diz respeito ao seu desenvolvimento no aprendizado escolar; pois onde a referência é o homem a mulher não se dá o “luxo” de se sobrepor, principalmente em atividades fora do recinto doméstico em busca de crescimento pessoal, pois este é visto como desnecessária. Todavia, não se pode deixar de destacar que à mulher sempre foram impostas as atividades internas e externas no que diz respeito à responsabilidade e cuidado da prole quanto às questões de subsistência dela. Nota-se aqui uma contradição: uma vez que em benefício próprio a mulher não tem o direito de atividades fora de casa, mas no que diz respeito à família ela não tem escolha, vê-se obrigada à realização de múltiplas tarefas.

Quanto ao cuidado com os (as) filhos (as), as respondentes relataram que os (as) trancavam ou deixavam com familiares (avós, tias), com babás, na creche e com o filho (a) mais velho (a). Sendo assim, 35% relatam que a jornada de trabalho fora de casa atrapalhou no processo de aprendizagem dos (as) filhos (as) devido à falta de tempo para acompanhá-los nas tarefas trazidas da escola, ir às reuniões de mães/pais quando solicitadas, tendo em vista que às vezes as patroas não liberavam para sair do trabalho. E além do trabalho fora de casa, ao retornar, após um dia de muito labor recomeçavam as tarefas domésticas e nesse espaço de tempo elas não encontravam alternativas para dividir o seu tempo com os (as) filhos (as) e as tarefas que as aguardavam. Conforme ressalta uma das entrevistadas:

Deixava trancada no barraco. Quem cuidava era Deus. Quando eu ia fazer uma faxina extra na Caixa Econômica deixava elas trancadas no almoxarifado e dava papel pra elas brincarem (Aparecida).

Quando a mais velha era pequena ficava trancada, depois os outros e ela estava maior e ficava aí com eles mesmo, um tomando conta do outro (Margarida).

No entanto, a maioria, ou seja, 60% das mulheres afirmam que esse fator não atrapalhou, porque elas exigiam que eles frequentassem a escola diariamente e mesmo com o tempo restrito procuram diversas alternativas para dar atenção aos filhos (as) e acompanhá-los (as), possibilitando a eles (as) condições de aprendizagem. Como também algumas mulheres afirmam não se sentirem culpadas pelo não-desenvolvimento e/ou fracasso dos (as) filhos (as), pois, para elas, bastavam estar matriculados em uma escola, atribuindo a eles total responsabilidade no baixo aproveitamento escolar. Vejamos o depoimento:

Essa menina não aprendeu a ler de pequena com 7 (sete) anos, de um ano em diante, não foi por falta de escola e por falta de estudo também não foi. É porque a mente dela é ruim, não é não Porque eu botei na escola com 3 (três) anos e ela veio aprender agora com 12 (doze) anos (Julieta).

O universo desconhecido da cultura letrada faz essas mães acreditarem que a frequência escolar prescinde de qualidade e condições objetivas de estudo, como por exemplo, o acompanhamento em casa e um universo cultural rico em conhecimentos e experiências educativas.

Entretanto, mesmo, a mulher realizando múltiplas tarefas e desempenhando diversos papéis, em função do grupo familiar ela deixa transparecer a dúvida incerta em relação aos caminhos trilhados na educação e cuidado com os (as) filhos (as), por não conseguir acompanhar o crescimento e educação dos mesmos, pelo fato de ter que sair para

trabalha fora e dividir o seu tempo com os outros afazeres na família.

Creio que atrapalhou um pouco, porque os filhos ficarem com uma pessoa que não é a mãe, já não é legal e principalmente que ficava com uma pessoa, depois outra, com outra [...] e a gente não tem um salário bom para pagar um salário também bom a uma pessoa pra tomar conta dos filhos (Gabriela).

A jornada ampliada de trabalho a que essas mulheres são submetidas, uma vez que continuam realizando suas tarefas de mães de família, ou seja, cuidam dos (as) filhos (as), da casa e são mantenedoras, gera um sentimento de culpa por não conseguirem realizar satisfatoriamente essa dupla responsabilidade. Além da educação com os (as) filhos (as), outros fatores são agregados, tornando as relações familiares comumente difíceis e exigindo renúncia, causando muitas vezes traumas que são encarados com ambiguidade pelas mulheres que fazem do seu sofrimento uma ironia do destino.

Dificuldade com dinheiro para mim não é tudo. É a bebida dos filhos [...], é [...] são três agora. Antes de casar era com o pai, depois com o marido e agora com os filhos. Uma família unida jamais será vencida (Margareth).

A pobreza, a falta de perspectivas de melhoria de vida, as contrariedades, a subordinação, o sentimento de impotência e humilhação sofrido no ambiente profissional, na família e na sociedade em geral através de serviços de baixa qualidade e/ou de falta de acesso a bens e serviços são descarregados na bebida; vício que se aprende desde novo, principalmente no segmento masculino. A bebida e o fumo ainda são encarados como fuga para os problemas e símbolo de masculinidade e maturidade.

A questão do trabalho para a figura masculina está posta para além de ser um respaldo financeiro para a sua sobrevivência. Mas demarca a sua identidade masculina, revelando um jeito de ser homem, perante a sua própria família, bem como para a sociedade. A questão trabalho, para o homem da-lhe respaldo moral e autonomia.

Foi percebido na pesquisa de campo que o uso do álcool faz parte da figura masculina, nas classes subalternas, que ao se sentir fracassado em (e na) sua função de provedor, recorre muitas vezes ao excesso, seja no alcoolismo, seja na violência ou no abuso do poder para tentar garantir a permanência de sua autoridade.

A condição socioeconômica e a exploração capitalista não deixam dúvidas. Dificulta a vida, exige jornadas ampliadas de trabalho, desgasta o organismo com salários baixos e condições precárias de trabalho. Cabe à mulher, mesmo em trabalhos precarizados, subalternos e mal remunerados garantir o sustento para os seus membros. O aspecto econômico é determinante para se ter uma qualidade de vida. A inexistência de uma escola de qualidade, de uma babá que possa cuidar bem de seus filhos (as), de uma atenção médica e psicológica para solucionar problemas de dependência, a falta de uma alimentação regular e saudável perpassam pelo poder aquisitivo para adquirir bens e serviços. O sistema capitalista deixa como único recurso ao trabalhador a venda da sua força de trabalho, que vem sendo vilipendiada a cada dia.

Por outro lado, as políticas públicas que preconizam igualdade, justiça e equidade não vão além de resíduos distribuídos de forma seletiva e fragmentada pelo poder público. Em se tratando das políticas públicas, cabe salientar que as políticas sociais no Brasil visam diminuir as desigualdades sociais, a fim de evitar que as tensões e conflitos sociais ameacem a ordem capitalista, visto que esta se alimenta das desigualdades para se manter. Outrossim, também são estratégias para o enfrentamento das configurações da questão social, mediante a oferta de recursos sociais à população.

Ao pesquisar o trabalho e profissão dessas mulheres, obteve-se a seguinte amostragem: 35% estão no trabalho formal, 25% na informalidade, 15% são pensionistas, 15% estão desempregadas e 10% no trabalho doméstico. Os dados apontam para um quadro bastante comum na sociedade brasileira: o mercado informal, principalmente a partir da década de 1980 com o processo de globalização econômica e a adoção da política neoliberal, que trouxe como consequência o desemprego para grande parte dos trabalhadores.

Nesse horizonte, no que tange ao trabalho e às profissões exercidas por essas mulheres, pode ser observada a diversidade e semelhanças de representações no que diz respeito à profissão. Ainda no âmbito desta questão, é interessante destacar que há um número relevante de mulheres que se dizem desempregadas, embora estejam na

função de provedoras, demonstrando que o trabalho informal não é considerado por elas como emprego ou mesmo trabalho, haja vista a percepção de que a esfera privada constituinte do trabalho doméstico e informal faz parte do universo feminino, portanto desvalorizado tanto pelo homem como pela mulher. Inversamente é no âmbito público que se alcança status e valor, o que é percebido neste depoimento:

Estou sem trabalhar. Tenho 5 (cinco) filhos para sustentar sozinha, sou pai e mãe [...], Hoje eu recebo o Bolsa Família [...] e vendo desinfetante e é [...] com isso que sustento (Julieta).

Percebe-se neste depoimento da respondente que ela se diz sem trabalho, pelo fato de produzir em casa, ela não percebe a atividade desenvolvida por ela como trabalho. Ela faz parte de um grupo considerável de trabalhadoras que está trabalhando na informalidade. Ainda se diz pai e mãe das crianças pelo fato de não contar com a presença masculina para ajudá-la na educação dos (as) filhos (as). Por fim, pelo fato de integrar-se a uma grande maioria de brasileiros, que vivem hoje, abaixo da linha da pobreza recebe o Bolsa Família do governo federal para complementar a sua renda familiar.

A precarização do trabalho é visível tanto para homens como para mulheres. A baixa escolaridade dos indivíduos de baixa renda é fator preponderante para uma inclusão incerta no mercado de trabalho. O quadro que compõe o nível de escolaridade das entrevistadas é de que 80% cursaram o ensino fundamental, 15% o ensino médio e 5% não são alfabetizadas.

Mediante o desemprego que assola a grande maioria dessas mulheres e por manterem-se na função de provedoras não lhes resta outra opção a não ser trabalhar sem o respaldo de uma legislação salarial e previdenciária. Nota-se, neste contexto, que as mulheres da classe subalterna “contribuem” para o agravamento da feminização da pobreza e como consequência o favorecimento da subalternidade das mulheres, conforme ressalta uma das respondentes;

A minha patroa não paga meu INSS, eu também não posso pagar por fora porque ganho R\$ 200,00 pra tudo e é eu sozinha pra tudo (Joana).

Recebo R\$ 200,00 pra mim e meu esposo [...] ele está desempregado e só trabalha quando consegue bico (Dulce).

Concernente a essa realidade, quando os maridos e companheiros passam a fazer parte da grande maioria dos desempregados e/ou subempregados, a família passa a contar com o rendimento feminino, visto que para a mulher da classe popular é mais “fácil” conseguir uma alternativa de trabalho por ocupar espaços precarizados e muitas vezes sem vínculo empregatício. A sua inserção no mercado informal é menos complicada. A mulher aprendeu com os vários papéis impostos a ela ser flexível, versátil e a não ter vergonha e preconceito de assumir tarefas menores que para o homem seriam uma desonra. Assim elas têm maior facilidade de trabalhar.

Para a maioria das respondentes o trabalho fora de casa foi e é necessário para manter a segurança financeira e auxiliar os membros a suprirem as necessidades básicas. No entanto, mesmo ficando evidente a necessidade de ampliação de renda familiar, as mulheres encontram uma forte resistência dos companheiros devido ao machismo exacerbado que é alimentado em um imaginário de que o homem deve ser o provedor da casa, e o não-cumprimento deste papel põe em xeque sua capacidade de macho, afetando diretamente o casamento.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, e o papel de mantenedora estão relacionados a diversos fatores como: desemprego do marido, ou com a separação deste entre outras razões. Assim 60% das respondentes estão como provedoras da família entre 1 a 15 anos e 40% mantêm a família há mais tempo: entre 15 a 35 anos.

Dessa forma, as mulheres das classes populares provedoras de famílias retratam a realidade em que vive a grande maioria das famílias das classes subalternas, e em alguns casos são trabalhadoras secundárias para complementar as rendas familiares. Neste sentido elas expressam as necessidades e angústias que as envolvem no seu cotidiano. Nota-se que o sistema vigente não permite que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades, visto que seu foco é a acumulação. Sendo assim, os não-incluídos são massa sobrando e conseqüentemente descartados pelo sistema. Aqui, cabe ressaltar que a mulher é duplamente discriminada, sendo mulher e pobre da periferia.

Assim, são essas mulheres, assim elas se expressam: “meu sonho é construir uma casa; aumentar o espaço do barraco porque os meninos estão crescendo; emprego com carteira assinada; sair do bairro em que moro; ver os

filhos formados, trabalhando e felizes; aposentar; ter um quarto completo (móveis); encontrar com Padre Marcelo Rossi, Zezé de Camargo e Luciano e Gugu para junto com eles cantar a Ave Maria; viajar para Juazeiro do Norte (ver a imagem do Padre Cícero), trabalhar como voluntária com crianças (isso se eu não tivesse meu netinho na minha responsabilidade); poder continuar pagando os estudos da minha filha em escola particular” e apenas uma mulher diz que sonha com uma nova relação conjugal.

### **Breves Apreciações Conclusivas**

Observou-se no decorrer da realização da pesquisa com as mulheres mantenedoras de famílias das classes subalternas, que estas também vivem num modelo de família patriarcal que foi construído a partir da visão masculina, na qual a mulher bem como todos os membros que compõem sua prole; são dependentes de um chefe, ainda que teoricamente, e sendo assim fazem parte da “propriedade” deste. Entretanto, vale ressaltar que, apesar desse modelo já fixado tanto no homem quanto na mulher, esse quadro vem mudando com a visualização dos novos modelos de família, com outras configurações diferentes dos padrões “normais” que vêm redesenhando a família a partir das construções das novas composições familiares monoparentais, que já são um grupo considerável, sobretudo nas classes populares.

Em se tratando das famílias pesquisadas foi notável a percepção de fragilidade, ou melhor, dizendo, a vulnerabilidade da família que é centrada no pai provedor, visto que este muitas vezes é figurativo devido ao vício ou até mesmo a ignorância que o cristaliza em modelos patriarcais. Mediante esta situação de fragilidade da figura masculina a mulher se sente abandonada e fracassada juntamente com seus filhos.

Ao falar de família, atualmente se faz necessário ampliar a visão ao conceituá-la, pois família pode ser: de amigos, de duas mulheres, só mulheres, homens, com isto, mudando-se, com isso, também o próprio conceito de sociedade. Isso nos remete a uma reflexão acerca das relações sociais e como se estabelecem relações de gênero, o que é uma questão de desenvolvimento, pois a desigualdade social deixa marcas nas mulheres, principalmente nas empobrecidas. Em situações de miséria são elas que “bancam” a família sobrevivente, enfrentando a exclusão social.

Nesse sentido, percebe-se que essas mulheres da classe popular apresentam dificuldades para serem inseridas no mercado de trabalho formal, uma vez que, na sua grande maioria, não conseguiram concluir os estudos, como também por serem moradoras de bairros periféricos, trazendo consigo os “estereótipos” por residirem em áreas estigmatizadas, o que colabora para sua inserção no mercado informal, sujeitando-se a sobreviver enquanto “biscateiras”, tendo como retorno pagamentos aviltantes e insuficientes para cobrir os gastos mínimos da família. A alternativa frente a essa situação é partir para o trabalho precarizado a fim de trazer o pão de cada dia para dentro de casa para si e seus filhos (as), e em muitos casos também para os netos, visto que os (as) filhos (as) retornam para casa trazendo também seus filhos (as) para os cuidados da mãe/avó, aumentando assim a sua responsabilidade de arcar com os gastos financeiros, colocando-a numa situação de desgaste. Esta representação as leva a assumirem às vezes trabalho em mais de uma casa de família e ou como diarista, revendedora de produtos, entre outras alternativas de trabalho, realizando o máximo que podem com o objetivo de aumentar os recursos financeiros.

Historicamente, a sociedade contempla modelos de famílias que correspondam a diferentes papéis para homens e mulheres. Mas, apesar dessa concepção, na prática sempre foi imposta à mulher a responsabilidade de cuidar da prole, não só no que se refere às questões internas, mas também à subsistência da família. As mulheres pesquisadas confirmam o que dizem os autores acerca da família, da construção de gênero, das dificuldades e desafios das classes subalternas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, como também do mercado de trabalho, que estudam esse fenômeno. Foi percebido, através da pesquisa que a mulher provedora, por estar subordinada ao homem, não é chefe de família, a menos que não exista a figura masculina em casa. Neste sentido, vale afirmar que ela é provedora, mas quem é chefe é o homem.

Neste processo de construção, foram percebidas também algumas contradições neste prisma das relações conjugais. Mesmo se dando conta de que ela é a provedora principal, a mulher manifesta como uma das suas grandes dificuldades a de educar os filhos sem a presença do pai. Destacam também a insegurança e o desafio que sente em educá-los sem um companheiro, mesmo aquelas que optaram por criar um filho sem a companhia do homem.

Convivem com a ambiguidade, pois já se desfizeram do sonho de ter um homem provedor e protetor e vivem a realidade de ter de trabalhar, mas não conseguem desfazer-se dos modelos assimilados na infância e juventude. O

homem, mesmo sem o rendimento continua a mandar. A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico. Pois a hierarquia leva homens e mulheres a desempenharem papéis e responsabilidades distintas. Assim, vale destacar que essas mulheres representam agora uma parcela significativa da população economicamente ativa, mas que vivem uma situação de subalternidade e de precarização e, mesmo independente da idade e/ou função que exercem no momento, precisam manter-se ativas e produzir para trazer o sustento da família para dentro de casa, uma vez que elas não têm a quem recorrer.

## REFERÊNCIAS

GIDDENS, Anthony. Sociologia. **Serviço de Educação e Bolsas**. 4 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbencian, 2001.

LASCH, Christopher. Refúgio Num Mundo Sem Coração. **A família: santuário ou instituição sitiada** Trad. Ítalo Tronca e Lúcia Samrecai. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

PETRINI, João Carlos (2003): **Pós Modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru – SP. EDUSC, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2 ed. vol. 4 Coleção de Sociologia Brasileira, Vozes, 1979.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo. Cortez, 1988.

VITALE, Maria Amália Faller. *Famílias monoparentais: indagações*. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez. Ano XXIII, Especial, p.48. Cortez, 2002.

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” – UFS e do Grupo “Gênero, Família e Violência” – UNIT. Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: ana\_santana@oi.com.br